

8 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 6 de dezembro de 2025

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@abr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas

Na sexta-feira



Pontuação B3

Ibovespa nos últimos dias



Dólar

Na sexta-feira



Salário mínimo

Últimos

1/dezembro	5,359
2/dezembro	5,330
3/dezembro	5,313
4/dezembro	5,310

Euro

Comercial, venda na sexta-feira



CDI

Ao ano



CDB

Prefeixado



Inflação

IPCA do IBGE (em %)

julho/2025	0,24
julho/2025	0,26
Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09

TECNOLOGIA

Demissões em massa com ajuda da IA

Gigantes de tecnologia adotam iniciativas relacionadas à inteligência artificial para reduzirem os quadros de pessoal

» PEDRO JOSÉ*
» CAETANO YAMAMOTO*

A inteligência artificial (IA) é um marco tecnológico na humanidade, com avanços significativos em diversos setores, mas o progresso dessa ferramenta pode ser a causa de demissões em massa nas empresas de tecnologia, de acordo com analistas. Corporações como Google, Microsoft e Amazon, anunciaram reduções em seus quadros nos últimos dois anos ao citarem a necessidade de realocar recursos, incluindo postos de trabalho, para iniciativas relacionadas à IA.

A Amazon confirmou, em outubro, que planeja reduzir a força de trabalho global em "aproximadamente 14 mil cargos". A decisão alimentou uma preocupação antiga: a de que a inteligência artificial (IA) está começando a substituir trabalhadores. A Hewlett-Packard (HP) anunciou, no fim de novembro, que pretende desligar de 4 mil e 6 mil funcionários — cerca de 10% do quadro atual — até o fim de 2028, em um plano de adoção de IA destinado ao aumento da produtividade.

Outras empresas do setor, como a Chegg, Salesforce, United Parcel Service (UPS) anunciam que estão cortando ou vão cortar vários expressivos de funcionários, mostrando um padrão no mercado. A empresa de logística UPS, por exemplo, demitiu 48 mil pessoas desde o ano passado. A Chegg, da área de educação, reduzirá em 45% sua força de trabalho.

Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Basso acredita que, nos próximos cinco anos, alguns setores serão "drasticamente afetados", sobretudo os que dependem da produção intelectual. "Haverá impacto no campo das consultorias, no design, sobretudo no design industrial, também na parte de arquitetura e engenharia. Basicamente, os trabalhos que dependem de uma produção intelectual

sofrerão impacto direto, porque a IA vai facilitar e dar rapidez a essa produção", explicou.

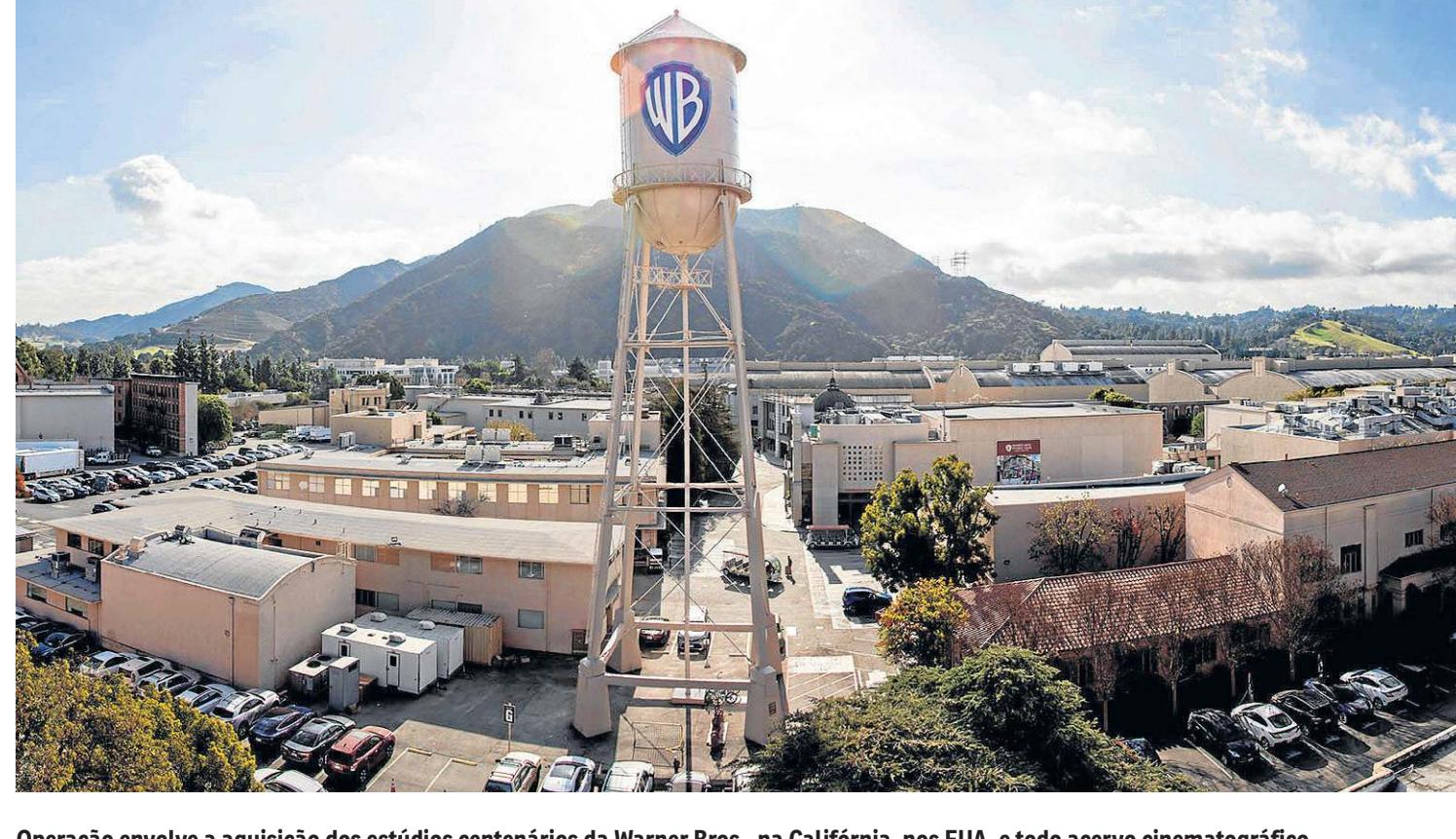
Na avaliação do acadêmico, a IA é uma revolução que veio para ficar. "Não adianta ficar chorando; é preciso, realmente, buscar como se aperfeiçoar e buscar conhecimento ligado a essa área, porque existirão outras atividades que podem ser exercidas sem uma grande influência da inteligência artificial", orientou.

O CEO da Inteligência Comercial, Luciano Bravo, também crê que, nos próximos cinco anos, os setores mais afetados serão baseados em tarefas rotineiras, padronizáveis e altamente digitalizáveis, mudando o mercado de trabalho de forma significativa, como o atendimento ao cliente, telemarketing e suporte técnico.

Para a diretora-executiva do Budget Lab, centro de pesquisa em economia da Universidade de Yale, nos EUA, Martha Gimbel, avaliou que extrapolar as declarações de executivos durante cortes é "possivelmente a pior forma" de determinar os efeitos da IA sobre os empregos, pois as dinâmicas de cada empresa costumam influenciar esses movimentos.

Na avaliação de Bravo, a substituição dos trabalhadores pela IA é, em grande parte, alarmismo. Para ele, a IA tende a redefinir e complementar o trabalho humano do que a extinguir empregos inteiros. "Historicamente, tecnologias disruptivas criam novas ocupações, aumentam produtividade e deslocam funções em vez de destruí-las completamente, e isso deve ocorrer novamente, exigindo adaptação, capacitação e reorganização das tarefas", explicou. Segundo ele, o Estado deverá garantir uma transição justa, criando programas robustos de requalificação e incentivo à educação tecnológica. Procurado, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não comentou o assunto.

Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel



Operação envolve a aquisição dos estúdios centenários da Warner Bros., na Califórnia, nos EUA, e todo acervo cinematográfico

Netflix compra Warner por US\$ 72 bi

A Netflix anunciou, ontem, a oferta de US\$ 72 bilhões para a compra dos estúdios da Warner Bros. Discovery e o serviço de Streaming HBO Max. O acordo inclui todo o acervo do estúdio centenário, mas não abrange a Discovery, que continua em processo de separação societária.

Ao comunicar a operação, Ted Sarandos, co-CEO da Netflix, destacou que o objetivo é ampliar o alcance do conteúdo. No comunicado, a empresa declarou que espera manter as operações atuais da Warner, incluindo lançamentos cinematográficos. Porém, não ficou clara a política de exibições em salas de cinema. Sarandos afirmou que não se trata de mudança na

abordagem dos filmes da Netflix ou da Warner, mas indicou que "as janelas de exibição deverão evoluir para modelos mais amigáveis ao consumidor".

O CEO da Warner Bros. Discovery, David Zaslav, disse que a união "garante que o público continue tendo acesso às histórias mais relevantes por gerações".

Já a Paramount, que também disputava o negócio, enviou carta aos advogados da Warner afirmando que o acordo pode prejudicar a indústria, porque a Netflix não tem incentivo para lançamentos no cinema e poderia usar o catálogo da Warner para aprofundar seu domínio no streaming. Entidades de exibição também criticaram

o negócio. A Cinema United, que reúne redes de salas nos Estados Unidos e no exterior, afirmou que a fusão representa "uma ameaça sem precedentes ao setor de exibição global". A organização alertou que a redução do número de lançamentos em cinemas pode retirar até 25% da bilheteria doméstica anual, correspondente à fatia hoje ocupada pela Warner.

Agora, a gigante do streaming precisa conquistar a administração de Donald Trump. Espera-se que o acordo da Netflix seja investigado pelo Departamento de Justiça, que já começou a considerar como isso poderia consolidar ainda mais o domínio da gigante do streaming na indústria de mídia. A Netflix também terá que lidar com as preferências de Trump, que é próximo do CEO da Paramount, David Ellison, e poderia pressionar os reguladores antitruste a direcionar a Warner para a Paramount. Um alto funcionário da administração disse que os conselheiros do presidente, incluindo funcionários da Casa Branca, estão preocupados com o acordo da Netflix.

A Paramount, cujas ações desabaram ontem, após a vitória da Netflix, agora, está avaliando o próximo movimento, que pode envolver a busca de outros potenciais acordos, afirmaram fontes à Dow Jones. (PJ com Agência Estado)

PODCAST DO CORREIO

O peso das empresas abertas



Acesse o vídeo da entrevista no QR CODE acima

As companhias abertas, empresas com capital negociado na Bolsa de Valores, têm um importante peso na economia. Conforme dados de pesquisa recente da Fundação Getulio Vargas (FGV), em parceria com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), em 2024, 270 empresas de maior relevância listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), geraram, em 2024, R\$ 2,1 trilhões de Valor Adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB), que somou R\$ 11,7 trilhões, no ano passado, o que equivale a 17,9% da produção de riqueza do país.

Os números foram apresentados pelo presidente-executivo da Abrasca, Pablo Cesário, em entrevista ao *Podcast do Correio* feita pelas jornalistas Denise Rothenburg e Rosana Hessel. Na conversa, Cesário detalhou os principais números do estudo e destacou que a renda média dos trabalhadores das empresas listadas

são responsáveis por 18% do PIB e são responsáveis por 23% de toda a arrecadação tributária do país", destacou o executivo.

O presidente da Abrasca enfatizou que essa lista de empresas é a coluna vertebral da economia nacional e o pulmão fiscal e produtivo do país, sendo que, quando elas vão bem, o PIB também cresce. "Estamos chamando de coluna vertebral, porque, de fato, é um elemento que estrutura toda a economia, porque uma empresa dessa cadeia e, por isso, que elas são tão importantes para competitividade, em geral, da economia, porque elas organizam a economia e principalmente se organizam como se compete globalmente", frisou.

O estudo, segundo o executivo, focou três aspectos: governo, com foco no pagamento de tributos; pessoal, com pagamento aos funcionários; fornecedores, com os pagamentos realizados às cadeias produtivas.

"Os números são realmente impressionantes. Essas 270 empresas

salário médio de R\$ 10.250 por mês. Esse valor que chega ser 2,8 vezes superior à média salarial do país do ano passado, de R\$ 3,7 mil mensais.

"Isso tem a ver com o nível de produtividade e nível de escolaridade altíssimo que essas empresas têm. Os salários são maiores, porque a produtividade também é muito maior, o que significa que os salários são muito maiores. Vai pagar Imposto de Renda, mas é um bom salário", disse, comentando sobre a nova faixa de isenção do Imposto de Renda, de R\$ 5 mil, a partir de 2026.

Entretanto, o número de empresas abertas no país vem encolhendo, conforme os dados do estudo. Em 1990, o número de companhias listadas na Bolsa era de 579 e, no ano passado, esse número encolheu 43%, para 331. Enquanto isso, a carga tributária subiu de 26,5% do PIB, em 1997, para 32,3% do PIB, em 2024.

"Houve um aumento de tributação para as empresas. Então, o país foi no caminho contrário do mundo. Enquanto o mundo está diminuindo o imposto no consumo, aumentando Imposto de Renda para as pessoas físicas, para um beneficiário final e diminuindo o imposto entre empresas", explicou. Para Cesário, o governo tem errado a mão na política tributária e a reforma recente, que está sendo regulamentada, não é abrangente, porque afeta apenas o consumo. Na avaliação dele, é preciso que o imposto fique nas empresas para que ele seja reinvestido para estimular a economia, "inviabilizando qualquer negócio". (CY)



Pablo Cesário, da Abrasca:
270 empresas listadas na Bolsa representam 18% do PIB

estudo. Em 1990, o número de companhias listadas na Bolsa era de 579 e, no ano passado, esse número encolheu 43%, para 331. Enquanto isso, a carga tributária subiu de 26,5% do PIB, em 1997, para 32,3% do PIB, em 2024.

"Houve um aumento de tributação para as empresas. Então, o país foi no caminho contrário do mundo. Enquanto o mundo está diminuindo o imposto no consumo, aumentando Imposto de Renda para as pessoas físicas, para um beneficiário final e diminuindo o imposto entre empresas", explicou. Para Cesário, o governo tem errado a mão na política tributária e a reforma recente, que está sendo regulamentada, não é abrangente, porque afeta apenas o consumo. Na avaliação dele, é preciso que o imposto fique nas empresas para que ele seja reinvestido para estimular a economia, "inviabilizando qualquer negócio". (CY)